REQUERIMENTO ESPECIAL Nº 189 /2023

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, a criação e instalação da Frente Parlamentar Mista de Direitos Sexuais e Reprodutivos

Salvador, 24 de maio de 2023.



LAINA CRISÓSTOMO
CO-VEREADORA DA MANDATA PRETAS POR SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

JUSTIFICATIVA

A Frente Parlamentar Mista pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos tem caráter suprapartidário e busca reunir parlamentares desta Casa e a sociedade civil organizada para propor, criar, fiscalizar, observar políticas públicas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos na cidade de Salvador/BA.

A criação da frente parlamentar mista pelos direitos reprodutivos e sexuais se faz de extrema importância considerando a necessidade do contínuo fomento e melhoria de criação e modificação de políticas públicas voltadas para estes temas.

O Acesso ao planejamento familiar é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileiro, cuja promoção da implementação compete ao Estado, conforme prevê o artigo 226.

Por sua vez, a Lei 9.263/96, versa sobre o Planejamento familiar, com diretrizes a serem aplicadas tanto no âmbito da saúde quanto da educação.

No entanto, apesar da existência da referida legislação, é evidente que a criação e implementação das políticas públicas voltadas para os direitos reprodutivos e sexuais no Brasil carecem de um visão livre de preconceitos para que tenham melhor efetividade. Para além disso, as referidas legislações ainda têm um caráter excludente, já que estruturados em um contexto social carregado de machismo, LGBTofobia, racismo e outros fatores que evidenciam uma exclusão e não efetividade no acesso aos serviços.

Segundo a pesquisadora Mary Neide Figueiró, que estuda o tema da educação sexual no Brasil, menos de 20% das escolas públicas do país têm projetos amplos e contínuos de educação sexual voltados para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental.

Tais dados demonstram que, inequivocamente, o Brasil precisa avançar na implementação de políticas públicas eficazes para assegurar o acesso aos direitos reprodutivos e sexuais.

É importante ressaltar que direitos reprodutivos e sexuais vão além da concepção, sendo necessário pensar, debater, desenvolver e aplicar políticas públicas que perpassem pela

educação sexual e reprodutiva, acesso eficaz e efetiva à saúde sexual e reprodutiva que dialoguem com as necessidades de gênero, raça e classe.

Diante de tais fatos, o papel do parlamento, seja ele municipal, estadual ou federal é justamente atuar para trazer respostas às demandas sociais, sendo esta, inegavelmente uma pauta que trazem benefícios em diversas dimensões à população.

Dito isso, peço o apoio dos meus pares para a aprovação desta proposição.

Salvador, 24 de maio de 2023.



LAINA CRISÓSTOMO
CO-VEREADORA DA MANDATA PRETAS POR SALVADOR